

Planalto une toda área de Comunicações

O presidente José Sarney comunicou, ontem, aos ministros Hugo Napoleão, da Educação, Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações e Paulo Brossard, da Justiça, sua decisão de transferir a Funtevê (Fundação Televisão Educacional), Radiobrás (Empresa Brasileira de Radiodifusão) e EBN (Empresa Brasileira de Notícias) para o Gabinete Civil da Presidência da República. Os decretos de transferência deverão ser assinados nos próximos dias, segundo revelou um assessor presidencial.

O objetivo da transferência destes órgãos para a Presidência da República é unificar o sistema de comunicação do Governo, centralizando todo o esquema de divulgação, ao mesmo tempo em que se dará um tratamento uniforme às notícias do executivo. O exportador-voz da Presidência da República, jornalista Antonio Frota Neto, deverá ser nomeado para a Presidência da Funtevê.

A frente da Radiobrás permanecerá o atual presidente, Antonio Martins, enquanto que para a presidência da EBN será indicado um novo titular em substituição a Adolfo Toledo, ex-secretário particular do ministro da Justiça, Paulo Brossard, que vem ocupando o cargo, interinamente, desde a crise provocada pela demissão de Frota Neto, em novembro do ano passado quando ficou durante seis horas presidente da empresa. Ele pediu demissão em face de entendimentos com o ministro da Justiça no dia de sua posse.

Camargo já teme vitória do governo

O senador Affonso Camargo (PTB-PR) propôs hoje, na reunião do grupo favorável às eleições presidenciais este ano, que seja criado um "dia de advertência" em que a sociedade, como um todo, expressaria sua vontade pela redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos.

O senador teme que a pressão do Governo influencie muitos constituintes e que os cinco anos passem a ter possibilidade. "Isso — observa — será a desmoralização da Constituinte. A Nação quer a redução do mandato do Presidente e votar por cinco anos será coisa de maluco".

ESQUEMAS

A reunião de hoje do grupo, marcada para as 11 horas no gabinete do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), é que, de acordo com Camargo, começará a definir a nova fase da campanha pelas eleições presidenciais este ano. Ele não acredita mais que os comícios sejam essenciais, a não ser em fase posterior.

Além do "dia de advertência", que seria uma manifestação coletiva da sociedade, Camargo acha que o grupo deve manter contato com as principais entidades de classe, como a CNBB, OAB e Contag para que haja uma pressão popular em torno dos quatro anos. Acredita que deva ser estabelecido um símbolo da campanha, quanto mais simples melhor. Poderia ser uma mão, com o polegar encolhido, simbolizando os quatro anos.

A previsão de Camargo é de que a Assembleia Nacional Constituinte somente votará o mandato do presidente José Sarney em fins de março, quando o governo estará já mais desacreditado. No momento, pelas pesquisas que realizou, em qualquer segmento da sociedade a proporção em favor dos quatro anos é de 80%.

Esse quadro, a seu ver, é o mesmo na área militar, pois todos estão sentindo que o País não suporta mais dois anos de administração José Sarney. Como esse é o pensamento dominante, Camargo não crê em qualquer reação das Forças Armadas, "porque elas sempre refletiram o povo".

Para Dias, romper leva a desgoverno

Curitiba — "Um rompimento do PMDB com o governo do presidente Sarney, nessas alturas, só serviria para levar o País ao desgoverno de uma vez", afirmou ontem o governador do Paraná, Alvaro Dias, para quem a reunião dos históricos de seu partido, realizada no último sábado em Brasília, "não serviu para absolutamente nada".

Acho bobagem qualquer reunião de determinados grupos ou facções do PMDB para tomar decisões isoladas como rompimento do partido com o governo e sucessão presidencial — disse.

Sarney volta a crer nos 5 anos

Sant'Anna garante que emenda passa com 310 assinaturas

JULIO ALCANTARA



Ulysses e Sarney: um encontro muito cordial

Históricos acham que já têm como reunir Diretório

Mesmo à revelia do deputado Ulysses Guimarães, que não concorda com a ideia, já está praticamente garantida a convocação extraordinária do Diretório Nacional do PMDB, no próximo dia 3 de fevereiro, como pregam os setores históricos do partido. Até ontem à tarde, o deputado Euclides Scalco, primeiro vice-líder peemedebista na Constituinte, já havia obtido 27 assinaturas para o documento de convocação automática do Diretório. Ele promete que ainda hoje alcançará as 41 subscrições necessárias, ou um terço dos membros do órgão partidário.

Para o senador Mário Covas, independentemente do documento articulado por Scalco, o deputado Ulysses Guimarães estaria politicamente obrigado a promover a reunião do Diretório, depois que os 103 constituintes históricos do PMDB pronunciaram-se neste sentido. "Não é possível simplesmente ignorar a manifestação de uma ala tão expressiva do partido", advertiu.

Reticente, Covas ainda não fala claramente na hipótese de vir a abandonar o PMDB caso o Diretório Nacional negue as reivindicações do setor autêntico (eleições presidenciais este ano e rompimento com o Governo). Limitou-se a anunciar que o seu grupo voltará a reunir-se, neste caso, para estudar as diversas alternativas. Não haveria sequer a necessidade de uma decisão conjunta dos 103 integrantes.

Não é o que pensam os componentes do Movimento de Unidade Progressista, o MUP, a ala mais avançada dos históricos. Segundo o deputado Vilson Souza, 25 dos 36 mupistas, além de sete peemedebistas da bancada mineira que não pertencem ao grupo, estão comprometidos a deixar o PMDB e partir para a criação de uma nova legenda se o Diretório não ratificar as teses aprovadas no último sábado.

O deputado catarinense refutou a hipótese de filiação do pessoal do MUP ao PSB. A estratégia, segundo ele, é permanecer algum tempo sem partido, lançando as bases de uma nova legenda socialista capaz de preencher o importante espaço que o PMDB, pelo seu desvirtuamento, deixou vago junto à opinião pública. Esta nova agremiação se consolidaria durante a campanha presidencial, especialmente porque deverá contar com importantes lideranças políticas: de Mário Covas a Fernando Henrique Cardoso, passando

por José Richa, Franco Montoro e Dilson Fumaro.

No primeiro momento após a decisão do Diretório, contudo, Vilson de Souza não conta com a adesão de figuras como o senador Mário Covas à nova legenda (já Fernando Henrique teria garantido ao MUP que se filia logo). Tão logo a sigla esteja organizada e à medida que o desgaste do PMDB se acentuar, ele está certo de que todos os 103 históricos devem aderir, conscientes de que o atual partido majoritário teria esgotado o seu papel. Tudo isto vai depender, naturalmente, do que os diretórios vierem a decidir no dia 3 de fevereiro.

MANDATO

Na opinião do senador Mário Covas, a preferência do setor histórico pelo mandato de quatro anos nada mais é que o reflexo do que deseja a sociedade. Ele advertiu que a rejeição de eleições diretas este ano, pela Constituinte, causaria um impacto popular pior do que o fracasso da emenda Dante de Oliveira, em 1984. "No atual estado de coisas, a eleição imediata é a única esperança do povo".

Embora a emenda Matheus Iansen, que prevê o mandato de cinco anos para Sarney, já contasse ontem com praticamente maioria absoluta de subscrições entre os constituintes, Covas ainda acredita firmemente na realização de eleições presidenciais este ano. Lembrando que assinaturas nem sempre correspondem a votos, ele afirmou ser comum entre os parlamentares assinarem projetos apenas para vê-los tramitar e ser discutidos em plenário, onde muitas vezes são rejeitados por seus próprios subscritores. A opinião do líder peemedebista é de que a tese dos quatro anos está "mais consolidada do que nunca".

O senador Mário Covas também confirmou, para amanhã, reunião da bancada do PMDB para apreciar a sua proposta de inversão da pauta da Constituinte. Ele quer que o sistema de governo e a duração do mandato presidencial sejam votados em primeiro lugar. A bancada também vai discutir outros pontos polêmicos da Constituição, em torno dos quais o senador paulista pretende obter o "consenso possível". Como o deputado Ulysses Guimarães, ele acredita que cerca de 85% do texto constitucional podem ser objeto de acordo prévio.

Miranda é contra eleições já

O governador Marcelo Miranda, de Mato Grosso do Sul, reiterou sua posição na defesa pelo mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e negou que tinha recuado para quatro anos, como publicara o Jornal do Brasil, depois de reunir-se com o governador Orestes Quêrcia, em São Paulo. "É uma injustiça diminuir o mandato do atual presidente da República, que já abriu mão de um ano e estabelecer cinco

anos para os próximos", afirmou Marcelo.

O que houve foi um erro de interpretação do JB, pois quando Marcelo deixou o Palácio dos Bandeirantes, reconheceu que a sociedade reivindicava eleição para Presidente da República, agora, em 88, porém, preferiu seguir a Constituição em vigor que estabelece um mandato de seis anos para o presidente Sarney, que já abdicou um ano para facilitar o trabalho da Constituinte.

"Nessa emenda ninguém põe assinatura sem votar", afirmou ontem o líder do governo e da maioria na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, depois de garantir ao presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, que o mandato de cinco anos será aprovado pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte. O Presidente ficou animado com o comunicado do parlamentar, e já passa a acreditar na vitória.

Sant'Anna informou a Sarney que a emenda do deputado Matheus Iansen (PMDB/PR) e do senador Edison Lobão (PFL/MA), propondo cinco anos de mandato, tinha 272 assinaturas até o último sábado. Ele esperava alcançar 290 adesões até o final do dia, para garantir a aprovação antecipadamente. Até quarta-feira, prazo máximo, para apresentação de emendas, o líder disse que queria contar com 310 autógrafos.

Carlos Sant'Anna não acredita em traição. Ele

acha que todos os parlamentares que estão assinando a emenda vão votar nela, alegando que desta vez quem colocar a assinatura no papel vai ter de dizer sim. Na maioria das vezes, um parlamentar assina uma emenda apenas por uma cortesia, já que ele precisará também de favores para as suas proposições. Mas, isso não quer dizer que o signatário defenda a tese e vote nela em plenário.

O Centrão, garantiu Carlos Sant'Anna, vai lutar para manter as eleições para prefeitos e vereadores em 15 de novembro vindouro. Isso reduz as chances da emenda do deputado Heráclito Fortes (PMDB/PI), que propõe a prorrogação do pleito para o próximo ano. Em 89, o deputado disse que será o ano de escolha do Presidente da República.

No Palácio do Planalto, os assessores de Sarney estão confiantes na aprovação do mandato de cinco anos, em função das pes-

quisas feitas entre parlamentares. Até o final deste mês, o Presidente despatchará de manhã no Palácio da Alvorada, todas as segundas, quartas e sextas-feiras, a fim de conversar com mais tranquilidade com os políticos e ministros sobre a questão de seu mandato.

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, disse que vai continuar lutando pela aprovação dos cinco anos, por acreditar que este tema é necessário para a conclusão da transição dentro do clima de tranquilidade e estabilidade política.

Prisco Viana disse que, se a redução do mandato é defendida porque o governo passa por uma crise de descontentamento, então é preciso convocar eleições gerais, porque o descontentamento também alcança os governos estaduais, os deputados e senadores. "Se o descontentamento é geral, eleição geral", disse sustentando sua posição, por considerá-la mais coerente.

"Autênticos" não impressionam

A reunião dos chamados históricos do PMDB, realizada no último sábado, não causou grande impacto no Palácio do Planalto. O presidente José Sarney acompanhou o encontro discretamente, como se fosse um movimento político qualquer. Ao deixar hoje o Palácio da Alvorada, depois de despacho de rotina, o ministro-chefe do Gabinete Civil e porta-voz, Ronaldo Costa Couto, afirmou que o grupo tem o direito de se reunir.

A importância dada pelo presidente Sarney à reunião pode ser resumida nas palavras do deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo e da maioria na Câmara. Ao deixar ontem o Palácio da Alvorada, depois de despacho com Sarney, o deputado disse que não conversou com o Presidente sobre a reunião, mais

não analisou o assunto porque "não tem maior importância e nem maior consequência", afirmou.

O deputado Sant'Anna aumentou o seu desprezo pelo grupo ao afirmar que o principal objetivo, que é a realização de diretas já, não será alcançado. "Eles podem tentar, mas não creio que terão êxito como da outra vez", argumentou o parlamentar. Ele estava se referindo à vitória do grupo na Comissão de Sistematização, que aprovou o mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

O desprezo do governo também é transmitido pelo ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana. Ele disse que o encontro não trouxe nada de novo, e os chamados históricos já haviam experimentado divergências e alguns até oposição radical: "afirmou.

O governo não deu importância para o encontro, sustentou Prisco, porque tem a consciência "que a maioria do PMDB lhe dá o apoio". O ministro observou que a sustentação não parte somente dos peemedebistas, mas de uma coalizão de partidos de correntes partidárias expressivas na Constituinte e no Congresso Nacional.

Naturalmente, não me intrometendo em uma questão interna do PMDB, gostaria que este grande partido em lugar de criar condições de ampliação de suas divisões, construísse sua unidade para ser mais forte, mais influente — afirmou Prisco Viana.

O ministro Costa Couto disse que o governo espera contar com o apoio do PMDB, por ser um grande partido, que tem dado uma contribuição muito grande ao governo.

No almoço, troca de gentilezas

O almoço oferecido ontem pelo governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, em homenagem ao escritor baiano Jorge Amado e ao arquiteto Oscar Niemeyer, serviu para demonstrar o grau de cortesia que marca o relacionamento do presidente José Sarney com o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte. Ao cumprimentar Sarney, Ulysses exclamou: "Rosadinho!", admirando a cor bronzeada de Sarney, adquirida durante o retiro de fim de ano na ilha de Curupú.

Os dois procuraram sempre demonstrar uma postura amigável. Sarney e Ulysses, depois do almoço, conversaram animadamente entre o restaurante

e o carro. No meio do percurso, Sarney parou para agradecer ao cozinheiro e aos garçons pela comida "muito boa". O seu gesto foi seguido pelo deputado, que elogiou o fausto banquete. Uma comitiva formada por ministros de Estado, políticos, jornalistas e assessores do governo seguia os dois tentando decodificar a conversa.

Ulysses perguntou para Sarney se ele tinha lido o documento preparado sobre a Constituinte — um relatório detalhado que o deputado fez para o Presidente. Diante da resposta negativa, o parlamentar aconselhou-o a ler o trabalho, que, segundo ele, contém dados importantes. Ulysses não quis revelar o conteúdo do dossiê. "É um

documento geral sobre a Constituinte, o andamento que eu espero que ela tenha", comentou. Ele disse que o relatório é de rotina, e não tem nenhuma "importância".

Ulysses falou sobre os trabalhos da Constituinte, e disse que os rumos só podem ser traçados depois de promulgada a nova Constituição. Ele não quis responder a um repórter se o "PMDB é governo". "Não tenho mais nada a dizer. O que tinha a dizer é isto", concluiu.

O almoço foi para comemorar a entrega da Ordem do Mérito de Brasília ao escritor Jorge Amado, e também a outorga do diploma pela Academia de Belas Artes da União Soviética ao arquiteto Niemeyer.

Montoro e Quêrcia já crêem nos cinco anos

MARILENA DEGELO Da Sucursal

São Paulo — Já não é mais considerada tranquila a aprovação dos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney no plenário do Congresso Constituinte. A conclusão é do governador Orestes Quêrcia e do seu antecessor Franco Montoro — o principal articulador do Grupo Histórico do PMDB — que estiveram reunidos ontem à tarde no Palácio dos Bandeirantes.

Embora partilhem da mesma opinião, as suas posições continuam bastante diferenciadas. Enquanto Montoro demonstra preocupação com a ameaça do Centrão aprovar os cinco anos, aventando até a necessidade de mobilização popular — reprimando a campanha pelas diretas-já — para que prevaleça a vontade da maioria dos brasileiros, Quêrcia está indiferente ao resultado da votação.

Montoro, ao contrário das demais lideranças do Grupo Histórico do PMDB, não parece disposto a deixar o partido caso não haja dentro de um mês rompimento com o governo federal. Ele esteve ontem relatando para o governador os resultados da reunião do último sábado, reafirmando a sua convicção de reerguimento das bandeiras do PMDB. Quêrcia disse concordar apenas com o item da rápida aprovação da nova Constituição.

O governador reiterou mais uma vez a sua disposição de não interferir na Constituinte a favor dos quatro anos, embora até a semana passada considerasse que esse seria o resultado, por expressar a vontade da opinião pública. Quêrcia não acredita em consenso dos governadores em relação à duração do mandato, lembrando que

isso não foi possível na convenção nacional do partido realizada em meados do ano passado.

Para Quêrcia não adianta discutir mandato, porque não haverá consenso. Por essa razão aconselha os dirigentes do PMDB a não realizar reunião do Diretório, reivindicada pelo Grupo Histórico. Ele se conforma com a convocação desse encontro se a finalidade for o preenchimento dos cargos vagos no Diretório Nacional.

Ainda fiel ao presidente José Sarney, Quêrcia não concorda também com a proposta de rompimento do PMDB com o governo federal. "Temos que seguir com o PMDB unido, assumindo a responsabilidade dos erros e dos defeitos do partido no governo da União. O fato é que o governo é do PMDB, com todas as restrições que se possa fazer. O PMDB que durante o Plano Cruzado, quando as coisas não corriam para o presidente, então de uma maneira oportunista, vamos simplesmente virar as costas para ele. Eu acho que não. Nem o povo lá

aceitar. O povo não admite esse tipo de ingratidão".

O ex-governador Franco Montoro também não considera prioritário hoje o rompimento do PMDB com Sarney, porque se houver eleição este ano, ele terá poucos meses pela frente. "O importante é a Constituição já e as eleições em 2º lugar" — frisou. Ele defende por outro lado a preservação do PMDB: "Não podemos extinguir partidos por causa de uma luta interna, de uma divergência interna. O partido precisa ter amadurecimento para saber superar as dificuldades, através de debates democráticos".

Ao contrário de Quêrcia, Montoro não acha necessário que o candidato do PMDB à Presidência da República tenha o apoio do presidente Sarney. "Tem que ter apoio do PMDB". O ex-governador não admitiu o fracasso da reunião do Grupo Histórico no último sábado em Brasília: "Foi uma vitória com mais de cem parlamentares, onde se tomou a decisão de convocar o Diretório, que pode opinar sobre a questão do mandato".